

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	391.283
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>391.283</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.446.842	1.257.593
1.01	Ativo Circulante	226.838	192.240
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	211.570	183.812
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.395	7.552
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.395	7.552
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	8.395	7.552
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.873	876
1.01.08.03	Outros	6.873	876
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.533	791
1.01.08.03.02	Outros créditos	340	85
1.02	Ativo Não Circulante	1.220.004	1.065.353
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	244.029	219.640
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	1.742
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.742
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	244.029	217.898
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	137.818	112.770
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	106.211	105.128
1.02.02	Investimentos	953.867	829.524
1.02.02.01	Participações Societárias	953.867	829.524
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	953.867	829.524
1.02.03	Imobilizado	10.138	2.444
1.02.04	Intangível	11.970	13.745

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.446.842	1.257.593
2.01	Passivo Circulante	281.016	257.173
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.909	4.510
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.909	4.510
2.01.02	Fornecedores	1.097	1.724
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.097	1.724
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.003	2.685
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.003	2.685
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.003	2.685
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	209.491	197.356
2.01.04.02	Debêntures	209.491	197.356
2.01.05	Outras Obrigações	61.219	50.898
2.01.05.02	Outros	61.219	50.898
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	60.546	50.120
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	673	778
2.01.06	Provisões	1.297	0
2.01.06.02	Outras Provisões	1.297	0
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.297	0
2.02	Passivo Não Circulante	337.837	420.909
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	337.830	420.902
2.02.01.02	Debêntures	337.830	420.902
2.02.02	Outras Obrigações	7	7
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7	7
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	7	7
2.03	Patrimônio Líquido	827.989	579.511
2.03.01	Capital Social Realizado	391.283	391.283
2.03.04	Reservas de Lucros	188.228	188.228
2.03.04.01	Reserva Legal	16.440	16.440
2.03.04.10	Reserva de dividendos	171.788	171.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	248.478	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.924	78.003	23.812	69.607
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.703	-38.034	-17.508	-50.048
3.03	Resultado Bruto	15.221	39.969	6.304	19.559
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	90.999	255.484	88.088	237.865
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.134	-3.408	-1.108	-3.329
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.134	-3.408	-1.108	-3.329
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6	-4	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	92.139	258.896	89.196	241.194
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	106.220	295.453	94.392	257.424
3.06	Resultado Financeiro	-5.049	-23.169	-15.808	-44.809
3.06.01	Receitas Financeiras	13.285	36.875	2.125	9.627
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.334	-60.044	-17.933	-54.436
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	101.171	272.284	78.584	212.615
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.247	-5.508	1.130	1.707
3.08.01	Corrente	-2.481	-3.766	4	15
3.08.02	Diferido	-766	-1.742	1.126	1.692
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	97.924	266.776	79.714	214.322
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	97.924	266.776	79.714	214.322
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25026	0,68180	0,16684	0,44857

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.935	-97
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	59.888	50.268
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	272.284	212.615
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.971	21.993
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	3.408	3.320
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	59.584	53.467
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-258.896	-241.194
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	382	67
6.01.01.12	Juros sobre contratos de mútuo	-20.845	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.953	-50.365
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-843	-2.555
6.01.02.04	Outros créditos	-255	-111
6.01.02.05	Fornecedores	-627	149
6.01.02.06	Obrigações sociais	2.399	1.311
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.682	-590
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-104	-760
6.01.02.10	Empresas relacionadas	0	-25.373
6.01.02.11	Juros pagos	-38.372	-22.451
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.469	15
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	109.845	-85.996
6.02.01	Dividendos recebidos	125.403	88.242
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-10.272	-3.238
6.02.03	Empresas relacionadas	-5.286	0
6.02.04	Investimentos em controladas	0	-171.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-100.022	-101.512
6.03.02	Comissão sobre captação de debêntures	0	-2.802
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-92.150	0
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-7.872	-98.710
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.758	-187.605
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	183.812	245.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	211.570	58.225

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-18.298	0	-18.298
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.298	0	-18.298
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	266.776	0	266.776
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	266.776	0	266.776
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	248.478	0	827.989

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.327	0	0	-9.035	0	30.292
5.04.01	Aumentos de Capital	39.327	0	0	5.199	0	44.526
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.234	0	-14.234
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	214.322	0	214.322
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.322	0	214.322
5.07	Saldos Finais	477.792	0	4.110	157.731	0	639.633

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	87.453	78.433
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	87.453	78.433
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.054	-12.123
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.646	-8.794
7.02.04	Outros	-3.408	-3.329
7.03	Valor Adicionado Bruto	74.399	66.310
7.04	Retenções	-3.971	-21.993
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.971	-21.993
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.428	44.317
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	295.772	250.821
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	258.896	241.194
7.06.02	Receitas Financeiras	36.876	9.627
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	366.200	295.138
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	366.200	295.138
7.08.01	Pessoal	24.418	19.261
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.252	15.282
7.08.01.02	Benefícios	2.060	3.158
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.106	821
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.203	7.119
7.08.02.01	Federais	14.514	-1.707
7.08.02.03	Municipais	1.689	8.826
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.044	54.436
7.08.03.01	Juros	50.843	46.865
7.08.03.03	Outras	9.201	7.571
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	265.535	214.322
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.297	14.234
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	247.238	200.088

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	2.720.329	2.444.185
1.01	Ativo Circulante	530.574	352.978
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	362.544	252.866
1.01.03	Contas a Receber	55.876	54.439
1.01.03.01	Clientes	55.876	54.439
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.481	7.891
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.481	7.891
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.724	3.695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	95.949	34.087
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	95.949	34.087
1.01.08.01.01	Títulos e valores mobiliários	73.153	29.800
1.01.08.01.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	0	791
1.01.08.01.03	Empresas relacionadas	0	260
1.01.08.01.04	Outros créditos	22.796	3.236
1.02	Ativo Não Circulante	2.189.755	2.091.207
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	170.839	138.562
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	36.407	0
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	36.407	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	22.130	28.427
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.130	28.427
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	938
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	106.211	105.125
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	106.211	105.125
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.091	4.072
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	6.091	4.072
1.02.03	Imobilizado	82.523	72.661
1.02.04	Intangível	1.936.393	1.879.984

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	2.720.329	2.444.185
2.01	Passivo Circulante	630.263	909.613
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.264	12.314
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.264	12.314
2.01.02	Fornecedores	19.495	24.164
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.495	24.164
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.983	14.547
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.983	14.547
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	12.719	14.266
2.01.03.01.03	Programa de parcelamento especial - PAES	264	281
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	427.071	732.458
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	53.539	414.963
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	53.539	414.963
2.01.04.02	Debêntures	372.581	316.640
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	951	855
2.01.05	Outras Obrigações	104.080	88.823
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.723	121
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.723	121
2.01.05.02	Outros	97.357	88.702
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	60.546	50.120
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	16.645	15.205
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	20.166	23.377
2.01.06	Provisões	49.370	37.307
2.01.06.02	Outras Provisões	49.370	37.307
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	18.575	14.326
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção	19.713	12.838
2.01.06.02.06	Provisão para construção de obras futuras	11.082	10.143
2.02	Passivo Não Circulante	1.255.575	948.397
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.084.973	784.783
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	106.653	40.610
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	106.653	40.610
2.02.01.02	Debêntures	977.945	743.113
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	375	1.060
2.02.02	Outras Obrigações	60.654	64.082
2.02.02.02	Outros	60.654	64.082
2.02.02.02.03	Credor pela concessão	56.566	59.432
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições	682	0
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	3.406	4.650
2.02.03	Tributos Diferidos	18.949	14.519
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.949	14.519
2.02.04	Provisões	90.999	85.013
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.193	23.955
2.02.04.01.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	29.193	23.955
2.02.04.02	Outras Provisões	61.806	61.058
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	58.680	54.172
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	3.126	6.886

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	834.491	586.175
2.03.01	Capital Social Realizado	391.283	391.283
2.03.04	Reservas de Lucros	188.228	188.228
2.03.04.01	Reserva Legal	16.440	16.440
2.03.04.10	Reserva de dividendos	171.788	171.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	248.478	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.502	6.664

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	351.981	1.002.320	339.895	1.013.109
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-149.449	-425.950	-138.303	-438.298
3.03	Resultado Bruto	202.532	576.370	201.592	574.811
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.964	-44.539	-19.284	-54.292
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.959	-44.531	-19.658	-54.563
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-15.885	-44.310	-19.658	-54.563
3.04.02.02	Amortização de ágio de investimentos	-74	-221	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	452	506
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5	-8	-78	-235
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	186.568	531.831	182.308	520.519
3.06	Resultado Financeiro	-39.348	-130.022	-56.502	-184.568
3.06.01	Receitas Financeiras	15.147	53.045	6.785	19.995
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.495	-183.067	-63.287	-204.563
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	147.220	401.809	125.806	335.951
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-48.216	-131.595	-45.219	-118.892
3.08.01	Corrente	-44.723	-121.089	-42.743	-110.775
3.08.02	Diferido	-3.493	-10.506	-2.476	-8.117
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	99.004	270.214	80.587	217.059
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	99.004	270.214	80.587	217.059
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	97.924	266.776	79.714	214.322
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.080	3.438	873	2.737
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25026	0,68180	0,16684	0,44857

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	430.992	490.790
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	699.471	663.758
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	401.809	335.951
6.01.01.02	Depreciação e amortização	78.710	93.772
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	163.093	160.212
6.01.01.04	Variação monetária sobre credor pela concessão	7.550	25.506
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-573	0
6.01.01.06	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	1.502	1.979
6.01.01.08	Realização de AVP provisão manutenção /obras	6.342	13.308
6.01.01.09	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais e atualização monetária	10.002	5.912
6.01.01.10	Receita financeira, títulos e valores monetários	0	-2.847
6.01.01.11	Constituição de Provisão Manutenção e Atual Monetária	40.593	29.965
6.01.01.12	Juros sobre contratos de mútuos	-9.557	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-268.479	-258.308
6.01.02.01	Clientes	-1.437	-9.141
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-2.590	-4.169
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.091	-469
6.01.02.04	Outros créditos	-19.560	677
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-2.018	0
6.01.02.06	Empresas relacionadas	0	-2.590
6.01.02.07	Fornecedores	-4.669	-2.502
6.01.02.08	Obrigações sociais	4.950	3.383
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.547	-1.098
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-3.789	-1.684
6.01.02.11	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-4.764	0
6.01.02.12	Provisão para manutenção	-38.373	-55.248
6.01.02.13	Juros pagos	-76.972	-73.734
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-116.619	-107.175
6.01.02.15	Provisão para contingências	0	-4.558
6.01.03	Outros	0	85.340
6.01.03.01	Efeito do Caixa recebido na incorporação	0	85.340
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-133.960	-157.593
6.02.01	Dividendos recebidos	791	0
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-146.483	-157.593
6.02.03	Pagamento de dividendos a minoritários	-3.600	0
6.02.04	Empresas relacionadas	15.332	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-187.354	-432.779
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-79.187	-30.046
6.03.02	Credor pela concessão	-8.976	-246.512
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	77.681	351.204
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-526.025	-404.232
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-7.872	-100.391
6.03.06	Comissão sobre captação de debêntures	0	-2.802
6.03.08	Captação de debêntures, líquida de custos com emissão	357.025	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	109.678	-99.582
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.866	277.909
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	362.544	178.327

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-18.298	0	-18.298	-3.600	-21.898
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.298	0	-18.298	0	-18.298
5.04.08	Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	0	0	0	0	0	0	-3.600	-3.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	266.776	0	266.776	3.438	270.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	266.776	0	266.776	3.438	270.214
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	248.478	0	827.989	6.502	834.491

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019	0	395.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019	0	395.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.327	0	0	-9.035	0	30.292	4.784	35.076
5.04.01	Aumentos de Capital	39.327	0	0	5.199	0	44.526	4.784	49.310
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.234	0	-14.234	0	-14.234
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	214.322	0	214.322	0	214.322
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.322	0	214.322	0	214.322
5.07	Saldos Finais	477.792	0	4.110	157.731	0	639.633	4.784	644.417

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	1.066.272	1.078.836
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.066.272	1.078.836
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-318.840	-353.052
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-295.596	-314.532
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.023	-38.791
7.02.04	Outros	-221	271
7.03	Valor Adicionado Bruto	747.432	725.784
7.04	Retenções	-78.710	-93.772
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78.710	-93.772
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	668.722	632.012
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.045	19.995
7.06.02	Receitas Financeiras	53.045	19.995
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	721.767	652.007
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	721.767	652.007
7.08.01	Pessoal	72.930	45.766
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.383	27.382
7.08.01.02	Benefícios	9.593	15.466
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.954	2.918
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	195.556	184.619
7.08.02.01	Federais	174.644	118.892
7.08.02.03	Municipais	20.912	65.727
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	183.067	204.563
7.08.03.01	Juros	124.217	0
7.08.03.03	Outras	58.850	204.563
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	270.214	217.059
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.297	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	248.479	214.322
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.438	2.737

## Comentário do Desempenho

# EcoRodovias Concessões e Serviços anuncia resultados do 3T11 e 9M11: *Margem EBITDA alcança 60,9% nos 9M11*

**São Bernardo do Campo, 8 de novembro de 2011** – A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. apresenta seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2011 (3T11) e primeiros nove meses de 2011 (9M11). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2010 (3T10) e primeiros nove meses de 2010 (9M10).

### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A EcoRodovias Concessões e Serviços, subholding do Grupo EcoRodovias no segmento de concessões de rodovias, iniciou suas atividades operacionais após a reorganização societária ocorrida no segundo semestre de 2009, através de transferência para a companhia das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR) e Ecosul (RS), além da incorporação das empresas de serviços ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresas estas prestadoras de serviços de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo EcoRodovias.
- O EBITDA nos 9M11 foi de R\$ 610.771 mil atingindo a expressiva margem de 60,9%.
- A companhia apresentou nos 9M11 lucro líquido de R\$ 270.214 mil.

## Comentário do Desempenho

<b>Destaques</b>						
(em milhares de reais – R\$)	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	43.677	46.513	-6,1%	130.021	131.480	-1,1%
Tarifa Média 1	7,05	6,81	3,5%	6,86	6,87	-0,1%
Receita líquida	351.981	339.385	3,7%	1.002.320	1.013.109	-1,1%
Lucro líquido	99.004	80.587	22,9%	270.214	217.059	26,1%
EBITDA 2	213.685	211.899	-0,8%	610.771	614.021	-0,5%
Margem EBITDA	60,7%	62,9%	-2,4 p.p	60,9%	60,6%	0,3 p.p
Capex	53.782	46.979	14,5%	146.482	157.593	-7,1%
Dívida Líquida	-	-	-	1.076.347	1.398.052	-23,0%

<sup>1</sup> em Reais

<sup>2</sup> EBITDA = EBIT+ Depreciação & Amortização

## COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul que detém 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão de 1.000 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 130 milhões de veículos equivalentes pagantes no 9M11.

Em 29 de dezembro de 2010, por meio de uma reestruturação societária no grupo, a EcoRodovias Concessões realizou a cisão parcial com a conseqüente versão do patrimônio líquido cindido à Ecocataratas, nos termos do art. 225 da Lei n. 6.404/76, onde se justifica com base na decisão da Interveniente, holding do Grupo EcoRodovias, de reorganizar a gestão de seus ativos a fim de tornar mais eficiente e ágil a identificação de novas sinergias,

## Comentário do Desempenho

alavancar a integração das suas áreas de atuação, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros, possibilitar a otimização fiscal, consolidar o estágio diferenciado de maturidade e traduzir, na prática, a estratégia de atuação do Grupo, sendo assim, a Rodovia das Cataratas S.A- Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### ANÁLISE DO RESULTADO

#### TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, volume de veículos equivalentes pagantes, ocorrido nas concessionárias no 3T11 e 9M11, consolidados na companhia.

Volume de Tráfego						
(em milhares de veículos equivalentes pagantes)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13.952	13.525	3,2%	41.880	39.141	7,0%
Ecopistas	20.545	18.598	10,5%	60.340	50.087	20,5%
Ecovia Caminho do Mar	3.595	3.423	5,0%	10.755	9.864	9,0%
Ecocataratas	-	6.027	n.m	-	17.397	n.m
Ecosul	5.585	4.940	13,0%	17.046	14.991	13,7%
<b>Total</b>	<b>43.677</b>	<b>46.513</b>	<b>-6,1%</b>	<b>130.021</b>	<b>131.480</b>	<b>-1,1%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

Em relação ao tráfego total em veículos equivalentes pagantes, 53,7% corresponderam ao tráfego de veículos comerciais e 46,3% corresponderam aos veículos leves.

#### RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada nos 9M11 totalizou R\$ 1.066.282 mil. A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta por empresa consolidada.

## Comentário do Desempenho

<b>Receita Bruta</b>						
<b>(em milhares de R\$)</b>	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
Receitas de Pedágio:						
Ecovias dos Imigrantes	177.425	163.685	8,4%	503.261	460.702	9,2%
Ecopistas	50.569	42.750	18,3%	142.195	119.007	19,5%
Ecovia Caminho do Mar	41.964	38.331	9,5%	126.550	111.089	13,9%
Ecocataratas	-	44.414	n.m	-	127.747	n.m
Ecosul	33.960	27.738	22,4%	104.119	84.537	23,2%
Receita Acessórias						
Concessionárias	11.892	11.767	1,1%	33.775	35.802	-5,7%
Receita de Construção						
ICPC-01	48.837	33.198	47,1%	133.367	137.839	-3,2%
Receita de serviços	9.804	1.393	n.m	23.015	2.113	n.m
<b>Total</b>	<b>374.451</b>	<b>363.276</b>	<b>3,1%</b>	<b>1.066.282</b>	<b>1.078.836</b>	<b>-1,2%</b>

A receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 82,2% da receita bruta consolidada nos 9M11.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias. É reconhecida, também, as receitas dos serviços prestados pela EcoRodovias Concessões e Serviços que não são eliminadas na consolidação do grupo.

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 48.837 mil no 3T11, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

### TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente pagante, consolidada e por concessionária.

Os reajustes contratuais das tarifas básicas foram: 9,8% na Ecovias dos Imigrantes e 6,6% na Ecopistas, ambos em julho de 2011: média de 4,7% na Ecovia Caminho do Mar, em dezembro de 2010 e 8,2% na Ecosul - Rodovias do Sul em janeiro de 2011.

## Comentário do Desempenho

<b>Tarifa Média</b> (em R\$/ veículos equivalentes pagantes)	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
Ecovias dos Imigrantes	12,72	12,10	5,1%	12,02	11,77	2,1%
Ecopistas	2,46	2,30	7,1%	2,36	2,38	-1,0%
Ecovia Caminho do Mar	11,67	11,20	4,2%	11,77	11,26	4,5%
Ecocataratas	-	7,37	-	-	7,34	-
Ecosul	6,08	5,61	8,3%	6,11	5,64	8,3%
<b>Consolidado</b>	<b>6,96</b>	<b>6,81</b>	<b>2,2%</b>	<b>6,74</b>	<b>6,87</b>	<b>-1,9%</b>

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária

## CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 470.260 mil nos 9M11, representando 47,0% da receita líquida.

<b>Custos operacionais e despesas administrativas</b> ( milhares)	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	23.892	22.838	4,6%	72.930	73.433	-0,7%
Conservação e manutenção	12.621	16.544	-23,7%	36.670	45.951	-20,2%
Serviços de terceiros	12.189	13.930	-12,5%	35.399	39.139	-9,6%
Poder Concedente, Seguros e Locações	14.559	14.395	1,1%	46.274	42.526	8,8%
Depreciação/Amortização	27.038	30.474	-11,3%	78.710	93.772	-16,1%
Provisão Manutenção ICPC 01	13.629	10.630	28,2%	40.591	30.890	31,4%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	48.836	33.198	47,1%	133.367	137.839	-3,2%
Outros	12.570	15.952	-21,2%	26.318	29.312	-10,2%
<b>TOTAL</b>	<b>165.334</b>	<b>157.961</b>	<b>4,7%</b>	<b>470.260</b>	<b>492.862</b>	<b>-4,6%</b>

<sup>1</sup> Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

<sup>2</sup> A provisão para manutenção é decorrente da aplicação do ICPC-01 Contratos de Concessão, esta provisão contábil acompanha os programas de manutenções previstos nas concessionárias dentro dos critérios estabelecidos pelas normas internacionais de contabilidade.

<sup>3</sup> O Custo de construção de obras é decorrente da aplicação do ICPC-01 Contratos de

## Comentário do Desempenho

*Concessão, o valor realizado está de acordo com o cronograma de obras previsto nas concessionárias e correspondem aos mesmos valores contabilizados como Receita de Construção.*

### EBITDA

O EBITDA nos 9M11 atingiu R\$ 610.761 mil, com margem de 60,9%, 0,3 pontos percentuais superior aos 9M10.

<b>EBTIDA</b>						
(em milhares de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Lucro Líquido	99.004	80.587	23,0%	270.214	217.059	24,5%
Imposto de Renda e Contrib.Social	48.216	45.219	6,6%	131.595	118.892	10,7%
Resultado Financeiro	39.348	56.502	-30,4%	130.022	184.568	-29,6%
Depreciação e Amortização	27.038	30.474	-11,3%	78.710	93.772	-16,1%
Outras Despesas/Receitas Líquidas	71	(271)	n.m.	221	(271)	-181,3%
<b>EBTIDA</b>	<b>213.685</b>	<b>211.899</b>	<b>-0,8%</b>	<b>610.761</b>	<b>614.021</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Margem EBITIDA</b>	<b>60,7%</b>	<b>62,5%</b>	<b>-1,8 p.p</b>	<b>60,9%</b>	<b>60,6%</b>	<b>0,3 p.p</b>

### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido nos 9M11 foi negativo em R\$ 130.022 mil, em comparação ao resultado negativo de R\$ 184.568 mil nos 9M10, representando uma queda de 29,6%.

A tabela a seguir apresenta o resultado financeiro em maiores detalhes:

<b>Resultado Financeiro</b>						
(em milhares de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Juros sobre debêntures	(34.918)	(29.253)	19,4%	(104.651)	(83.177)	25,8%
Juros sobre Financiamentos	(4.846)	(14.773)	-67,2%	(19.567)	(41.888)	-53,3%
Varição monetária debêntures e financiamentos	(6.505)	(8.063)	-19,3%	(35.672)	(32.416)	10,0%
Varição monetária sobre direito de outorga	(1.925)	(4.797)	-59,9%	(7.550)	(25.506)	-70,4%
Receita sobre aplicação financeira	11.227	6.643	69,0%	40.640	19.553	107,8%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(2.176)	(4.436)	-50,9%	(6.342)	(13.308)	-52,3%
Outros efeitos financeiros	(205)	(1.823)	-88,7%	3.120	(7.826)	-139,9%
<b>TOTAL</b>	<b>(39.348)</b>	<b>(56.502)</b>	<b>-30,4%</b>	<b>(130.022)</b>	<b>(184.568)</b>	<b>-29,6%</b>

### LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido dos 9M11 totalizou R\$ 270.214 mil que representa um acréscimo de 24,5% em relação aos R\$ 217.059 mil apresentados no mesmo período do ano anterior.

A margem líquida alcançou 27,0%, um aumento de 5,6 pontos percentuais comparando com o 9M10.

## Comentário do Desempenho

### ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2011, a dívida bruta consolidada da Companhia somou R\$ 1.512.044 mil.

Endividamento (em milhares de R\$)	30/09/2011	30/09/2010	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures- Ecorodovias Concessões e Serviços	547.321	630.590	-13,2%	100,0% CDI+1,5% a.a /8,75% a.a	nov/2015
Debêntures- Ecovias	405.925	501.787	-19,1%	104,0% CDI/ 9,5% a.a	nov/2014
Debêntures-Ecopistas	397.280	-	-	IPCA+8,25%	jan-23
Notas Promissórias Ecopistas	-	361.382	-	CDI+3,25% a.a	jun-10
BNDES -Ecopistas	76.617	-	-	taxa TJLP+2,45% a.a	nov-21
CCB- Ecovia	5.928	11.379	-47,9%	107,7% CDI	maio/2012
CCB- Ecovia	39.299	-	-	110,20% CDI	nov/2011
CCB- Ecovia	-	46.154	-	CDI+1,084% a.a	nov/2010
Leasing- Ecocataratas	-	51.531	-	CDI+1,5% a.a	nov/2010
Leasing- Ecocataratas	-	456	-	1,21% a.m	mar/2013
CCB- Ecosul	38.349	33.963	12,9%	CDI+2,032% a.a	out/2014
Leasing- Ecovias	271	488	-44,5%	1,45% a.m	set/2012
Leasing- Ecovias	673	1.028	-34,5%	1,34% a.m	dez/2012
Leasing- Ecovias	381	585	-34,8%	1,20% a.m	mar/2013
<b>Dívida Total</b>	<b>1.512.044</b>	<b>1.639.343</b>	<b>-7,8%</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	362.544	178.327	103,3%		
Aplicação financeira vinculada (*)	73.153	62.964	16,2%		
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.076.347</b>	<b>1.398.052</b>	<b>-23,0%</b>		

(\*) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures da e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários" referente à controlada direta Ecovias.

## Comentário do Desempenho

### INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na EcoRodovias Concessões e Serviços nos primeiros nove meses de 2011 totalizaram R\$ 146.482 mil, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pelas concessionárias.

Investimentos (em milhares de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
EcoRodovias Concessões e Serviços	4.035	1.447	178,9%	10.270	3.239	217,1%
Ecovias dos Imigrantes	19.909	15.433	29,0%	49.054	30.323	61,8%
Ecopistas	11.847	16.246	-27,1%	43.850	85.886	-48,9%
Ecovia Caminho do Mar	9.493	7.658	24,0%	18.720	21.297	-12,1%
Ecocataratas	-	0,603	-	-	2.371	-
Ecosul	8.498	5.594	52,0%	24.588	14.478	69,8%
<b>Total</b>	<b>53.782</b>	<b>46.378</b>	<b>16,0%</b>	<b>146.482</b>	<b>157.594</b>	<b>-7,1%</b>

### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desde 2006, o Ecoviver promove a conscientização ambiental, estimulando o interesse de crianças e adolescentes pela preservação do meio ambiente. O projeto aproxima professores e alunos do problema do lixo, mostrando como é possível diminuir o impacto destrutivo da geração e do acúmulo de resíduos.

Com workshops e um estruturado suporte pedagógico a educadores dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, o Ecoviver debate como o lixo pode virar arte e como podemos viver de bem com nosso planeta, sendo criativo e respeitando o meio ambiente.

Com essa iniciativa, a EcoRodovias procura dar sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas e para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios do futuro.

## Comentário do Desempenho

### EMPRESAS DO GRUPO



Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias os Imigrantes é o principal corredor de exportação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Pólo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e à Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 33 milhões de veículos todos os anos.



A Ecopistas é a concessionária que administra e opera o Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de Campos do Jordão, o Porto de São Sebastião e as praias do Litoral Norte. Com 134,9 km de extensão e movimento anual de aproximadamente 20 milhões de veículos, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba.



A concessionária Ecovia Caminho do Mar é responsável pelo conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o principal corredor de transporte de bens do Paraná e turismo para o litoral do estado, através da BR-277, PR-508 e PR-407, com extensão de 136,8 km.



A maior malha viária concedida do Brasil é administrada pela Ecosul – Rodovias do Sul, com 623,8 km no Pólo Rodoviário de Pelotas. Além da importante ligação ao Porto de Rio Grande, a Ecosul – Rodovias do Sul também desempenha papel no turismo em direção ao litoral sul brasileiro.

## Comentário do Desempenho

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

#### *Disclaimer*

*Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.*

**Notas Explicativas CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ecoporto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

**2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 30 de setembro de 2011 compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.
- b) As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

## Notas Explicativas

### 2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações trimestrais consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As informações trimestrais consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

### 2.4. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

#### a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas informações trimestrais individuais (controladora) a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

#### b) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as informações trimestrais de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras empresas constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica “Participação dos não controladores das controladas”.

## Notas Explicativas

### 2.5. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinado na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

#### a) Empréstimos e Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### b) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

## Notas Explicativas

### c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### 2.6. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### 2.7. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## Notas Explicativas

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

### 2.8. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente os ativos imobilizado e intangível de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

### 2.9. Passivos financeiros

- Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil, empréstimos e financiamentos incluindo debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## Notas Explicativas

### 2.10. Empréstimos, financiamentos notas promissórias e debêntures

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide notas explicativas nº 16 e 18).

### 2.11. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacional. Vide nota explicativa nº 17.

### 2.12. Tributos

#### a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada sobre o resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de a renda é calculada individualmente por cada Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do período. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT, não existem efeito registrado nos impostos correntes.

#### b) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

## Notas Explicativas

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### c) Impostos diretos

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

### 2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores legais da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 23.

## Notas Explicativas

### b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

### 2.14. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

### 2.15. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação e de serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

### 2.16. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 28.

### 2.17. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

### 2.18. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

### 2.19. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a-) Normas, interpretações e alterações de normas em vigor em 30 de setembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 30 de setembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRS 1 – Adoção inicial das IFRSs	Esclarecimentos diversos sobre a adoção inicial das IFRSs como, por exemplo, isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7, eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
IAS 24 – Divulgação sobre Partes relacionadas	As alterações já são adotadas pelo CPC. Esclarece melhor o conceito de partes relacionadas, inclusive com exemplos sobre casos específicos.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRIC 14 – Limite de ativo de benefício definido	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010

## Notas Explicativas

IFRIC 19 – Extinção de Passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Esclarece a mensuração desses instrumentos financeiros através do método de fair value.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
--	---	---

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação	Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 - Investimentos em Coligadas	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por impairment para coligadas e coligadas em conjunto.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 – Demonstrações Separadas	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

## Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRIC 20 – Custos de produção sobre Mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - Contratos Compartilhados	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

## Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas, de acordo com a IAS 34 e o CPC 21, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## Notas Explicativas

### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativos intangíveis ou ativos financeiros e à avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 32.

### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

## Notas Explicativas

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e Empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% a 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide nota explicativa nº 22.
- Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 20.

## Notas Explicativas

### 4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir apresenta as participações nas controladas consolidadas, como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participação direta:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%

As atividades das controladas diretas são como segue:

#### Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Pólo de Pelotas.

## Notas Explicativas

### Cisão

- Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da controlada direta Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas a cisão parcial da Companhia, com a consequente incorporação do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas e, consequentemente, a incorporação do acervo líquido cindido, celebrado na mesma data entre a Companhia, a Ecocataratas e a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., como inteveniente-anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da Companhia, cindido e vertido para a Ecocataratas, foi avaliado em R\$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$23.1678, anteriormente detidas pela Companhia.
- Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido para R\$205.005, mediante o cancelamento de 272.78.976 ações, que foram suportadas exclusivamente por sua acionista majoritária, a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R\$291.468, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas com o patrimônio cindido da Companhia incorporado pela Ecocataratas e atribuídas exclusivamente à EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Em razão da operação descrita, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### Comparabilidade das demonstrações financeiras

Para permitir uma melhor comparação entre as demonstrações financeiras, foram feitas reclassificações nos saldos da demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, e demonstração do valor adicionado, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2010, apresentados para fins de comparação.

**Notas Explicativas****5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-				
Em moeda nacional	23	23	13.559	12.277
Aplicações financeiras:				
Fundo Exclusivo (a)	109.958	113.596	109.958	113.596
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>101.589</u>	<u>70.193</u>	<u>239.027</u>	<u>126.993</u>
	<u>211.570</u>	<u>183.812</u>	<u>362.544</u>	<u>252.866</u>

- a) Fundo constituído na forma de Fundo Exclusivo, que se enquadra na categoria “Renda Fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, tendo sua política de investimento como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços ou ambos, com o objetivo de buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionados diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFT, sendo:

- 62,13% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de depósito Interbancário - CDI de instituições financeiras nacionais consideradas de primeira linha.
- 37,87% de CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas, ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do fundo de títulos e valores mobiliários está composta conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Operação compromissada	68.317	59.865	68.317	59.865
CDB	41.641	43.905	41.641	43.905
LFT	-	<u>9.826</u>	-	<u>9.826</u>
	<u>109.958</u>	<u>113.596</u>	<u>109.958</u>	<u>113.596</u>

- b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 101,7% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

**Notas Explicativas****6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO**

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	<u>109.560</u>	<u>29.800</u>
Circulante	<u>73.153</u>	<u>29.800</u>
Não Circulante	<u>36.407</u>	<u>-</u>

São aplicações formadas por CDB e remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 101,7% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estes estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas indiretas Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e Concessionária Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 18).

**7. CLIENTES - CONSOLIDADO**

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico - concessionárias	40.653	44.481
Cupons de pedágio	10.293	7.165
Outras contas	<u>4.930</u>	<u>2.793</u>
	<u>55.876</u>	<u>54.439</u>

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	<u>55.876</u>	<u>54.432</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	-	2
De 31 a 60 dias	-	<u>5</u>
	<u>55.876</u>	<u>54.439</u>

**Notas Explicativas****8. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.742	6.463	8.964	6.789
Outros	<u>653</u>	<u>1.089</u>	<u>1.517</u>	<u>1.102</u>
	<u>8.395</u>	<u>7.552</u>	<u>10.481</u>	<u>7.891</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, saldo este que será utilizado para abater o passivo de IRPJ e CSLL, PIS, Cofins, IRRF e PIS/Cofins/CSLL retidos, a pagar em 2011.

**9. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO**

O saldo de R\$5.724 (R\$4.633 em 31 de dezembro de 2010, classificados no ativo circulante e não circulante) refere-se a prêmios de seguros a apropriar, alugueis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU.

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO**

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldos no início do período	4.072	2.654
Adições	2.389	2.036
Baixas	(725)	(927)
Atualização monetária	<u>355</u>	<u>309</u>
Saldos no fim do período	<u>6.091</u>	<u>4.072</u>

## Notas Explicativas

## 11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Valores das investidas 30/09/2011		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/09/2010
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	537.244	170.842	100%	100%	537.244	447.873	170.842	147.095
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	68.190	42.120	100%	100%	68.190	41.630	42.120	33.448
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (vide nota 4)	-	-	-	-	-	-	-	31.029
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	212.218	14.993	100%	100%	212.218	198.938	14.993	4.989
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	65.014	34.379	90%	90%	58.513	59.973	30.941	24.633
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	77.702	81.110	-	-
					<u>953.867</u>	<u>829.524</u>	<u>258.896</u>	<u>241.194</u>

  

	Amortização de ágio		Equivalência patrimonial	
	31/12/2010	Dividendos	31/12/2010	30/09/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	447.873	(81.471)	-	170.842
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	41.630	(15.560)	-	42.120
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	198.938	(1.713)	-	14.993
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A - Ecosul	59.973	(32.401)	-	30.941
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	81.110	-	(3.408)	-
	<u>829.524</u>	<u>(131.145)</u>	<u>(3.408)</u>	<u>258.896</u>

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2011 está apresentada a seguir:

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.  
 Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.  
 Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas  
 Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A - Ecosul  
 Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio

**Notas Explicativas**

## 12. IMOBILIZADO

Controladora

<u>Imobilizado</u>	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>944</u>	<u>140</u>	<u>432</u>	<u>399</u>	<u>529</u>	<u>2.444</u>
Adições	26	106	5	541	2	680
Baixas	-	-	-	-	(377)	(377)
Depreciação	<u>(97)</u>	<u>(9)</u>	<u>(16)</u>	<u>(7)</u>	<u>(5)</u>	<u>(134)</u>
Saldos em 31 de março 2011	<u>873</u>	<u>237</u>	<u>421</u>	<u>933</u>	<u>149</u>	<u>2.613</u>
Adições	245	19	2	-	13	279
Depreciação	<u>(110)</u>	<u>(11)</u>	<u>(16)</u>	<u>(7)</u>	<u>(5)</u>	<u>(149)</u>
Saldos em 30 de junho 2011	<u>1.008</u>	<u>245</u>	<u>407</u>	<u>926</u>	<u>157</u>	<u>2.743</u>
Adições	176	-	-	2.113	7	2.296
Baixas	(5)	-	-	-	-	(5)
Transferências	-	-	-	5.292	-	5.292
Depreciação	<u>(107)</u>	<u>(12)</u>	<u>(16)</u>	<u>(48)</u>	<u>(5)</u>	<u>(188)</u>
Saldos em 30 de setembro 2011	<u>1.072</u>	<u>233</u>	<u>391</u>	<u>8.283</u>	<u>159</u>	<u>10.138</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	15,5%	10,0%	10,0%	5,5%	10,0%	

Consolidado

<u>Imobilizado</u>	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>37.310</u>	<u>6.665</u>	<u>4.370</u>	<u>12.591</u>	<u>11.725</u>	<u>72.661</u>
Adições	2.892	906	68	569	536	4.971
Baixas	(2)	(6)	(5)	-	(929)	(942)
Depreciação	<u>(2.680)</u>	<u>(348)</u>	<u>(152)</u>	<u>(214)</u>	<u>(255)</u>	<u>(3.649)</u>
Saldos em 31 de março 2011	<u>37.520</u>	<u>7.217</u>	<u>4.281</u>	<u>12.946</u>	<u>11.077</u>	<u>73.041</u>
Adições	3.591	823	169	-	331	4.914
Depreciação	<u>(2.850)</u>	<u>(386)</u>	<u>(152)</u>	<u>(216)</u>	<u>(275)</u>	<u>(3.879)</u>
Saldos em 30 de junho 2011	<u>38.261</u>	<u>7.654</u>	<u>4.298</u>	<u>12.730</u>	<u>11.133</u>	<u>74.076</u>
Adições	4.513	109	68	2.113	408	7.211
Baixas	(5)	-	-	-	-	(5)
Transferências	-	-	-	5.292	-	5.292
Depreciação	<u>(2.965)</u>	<u>(395)</u>	<u>(152)</u>	<u>(257)</u>	<u>(282)</u>	<u>(4.051)</u>
Saldos em 30 de setembro 2011	<u>39.804</u>	<u>7.368</u>	<u>4.214</u>	<u>19.878</u>	<u>11.259</u>	<u>82.523</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	15,5%	10,0%	10,0%	5,5%	10,0%	

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas.

**Notas Explicativas**

## 13. INTANGÍVEL

Controladora

<u>Intangível</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	619	13.126	13.745
Adições	942	644	1.586
Amortização	-	(1.131)	(1.131)
Saldos em 31 de março 2011	<u>1.561</u>	<u>12.639</u>	<u>14.200</u>
Adições	2.874	816	3.690
Amortização	-	(1.167)	(1.167)
Saldos em 30 de junho 2011	<u>4.435</u>	<u>12.288</u>	<u>16.723</u>
Adições	857	884	1.741
Transferências	(5.292)	-	(5.292)
Amortização	-	(1.202)	(1.202)
Saldos em 30 de setembro 2011	<u>-</u>	<u>11.970</u>	<u>11.970</u>
Taxas de amortização	-	20,0%	

Consolidado

<u>Intangível</u>	<u>Contratos de Concessão</u>	<u>Intangível em Andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>1.863.511</u>	<u>1.410</u>	<u>15.061</u>	<u>2</u>	<u>1.879.984</u>
Adições	21.210	3.924	766	-	25.900
Baixas	(553)	-	-	(2)	(555)
Amortização	<u>(20.543)</u>	-	<u>(1.281)</u>	-	<u>(21.824)</u>
Saldos em 31 de março 2011	<u>1.863.625</u>	<u>5.334</u>	<u>14.546</u>	<u>-</u>	<u>1.883.505</u>
Adições	46.800	9.159	957	-	56.916
Transferências	77	(77)	-	-	-
Amortização	<u>(21.011)</u>	-	<u>(1.309)</u>	-	<u>(22.320)</u>
Saldos em 30 de junho 2011	<u>1.889.491</u>	<u>14.416</u>	<u>14.194</u>	<u>-</u>	<u>1.918.101</u>
Adições	34.823	10.792	956	-	46.571
Transferências	1.063	(6.355)	-	-	(5.292)
Amortização	<u>(21.640)</u>	-	<u>(1.347)</u>	-	<u>(22.987)</u>
Saldos em 30 de setembro 2011	<u>1.903.737</u>	<u>18.853</u>	<u>13.803</u>	<u>-</u>	<u>1.936.393</u>
Taxas de amortização	(*)	-	20%	-	

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão são reconhecidos ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## Notas Explicativas

Os itens referentes ao contrato de concessão são infraestrutura rodoviária e direito de outorga, entre outros.

### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia e suas controladas reconheceram os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e ao benefício fiscal do ágio incorporado, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente.

#### Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos demais eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

<u>Controladora</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Prejuízo fiscal	-	2.624
Outros	-	(882)
	<u>-</u>	<u>1.742</u>
Ativo diferido	-	1.742
Passivo diferido	-	-
	<u>-</u>	<u>1.742</u>

**Notas Explicativas**

<u>Consolidado</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	9.926	8.145
Provisão para manutenção e obras futuras	(10.388)	(421)
Ágio (benefício fiscal)	4.263	4.484
Outros	<u>(620)</u>	<u>1.700</u>
	<u>3.181</u>	<u>13.908</u>
Ativo diferido	22.130	28.427
Passivo diferido	<u>(18.949)</u>	<u>(14.519)</u>
	<u>3.181</u>	<u>13.908</u>

## b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

<u>Controladora</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(1.811)	4	(2.731)	14
Imposto de renda diferido	<u>(563)</u>	<u>704</u>	<u>(1.089)</u>	<u>1.058</u>
	<u>(2.374)</u>	<u>708</u>	<u>(3.820)</u>	<u>1.072</u>
Varição na:				
Contribuição social corrente	(670)	-	(1.035)	1
Contribuição social diferida	<u>(203)</u>	<u>422</u>	<u>(653)</u>	<u>634</u>
	<u>(873)</u>	<u>422</u>	<u>(1.688)</u>	<u>635</u>

<u>Consolidado</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(32.824)	(31.405)	(88.855)	(81.362)
Imposto de renda diferido	<u>(5.243)</u>	<u>(3.010)</u>	<u>(10.206)</u>	<u>(9.198)</u>
	<u>(38.067)</u>	<u>(34.415)</u>	<u>(99.061)</u>	<u>(90.560)</u>
Varição na:				
Contribuição social corrente	(11.899)	(11.338)	(32.234)	(29.413)
Contribuição social diferida	<u>1.750</u>	<u>534</u>	<u>(300)</u>	<u>1.081</u>
	<u>(10.149)</u>	<u>(10.804)</u>	<u>(32.534)</u>	<u>(28.332)</u>

**Notas Explicativas**

## c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

<u>Controladora</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.171	78.584	272.284	212.615
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(34.398)	(26.719)	(92.577)	(72.289)
Equivalência patrimonial	31.327	30.327	88.025	82.006
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(176)</u>	<u>(2.478)</u>	<u>(956)</u>	<u>(8.010)</u>
Despesa do impostos de renda e da contribuição social	<u>(3.247)</u>	<u>1.130</u>	<u>(5.508)</u>	<u>1.707</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente	<u>(2.481)</u>	<u>4</u>	<u>(3.766)</u>	<u>15</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferido	<u>(766)</u>	<u>1.126</u>	<u>(1.742)</u>	<u>1.692</u>

<u>Consolidado</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	147.220	125.806	401.809	335.951
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(50.055)	(42.774)	(136.615)	(114.223)
Juros sobre capital próprio		-	6.221	2.968
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>1.839</u>	<u>(2.445)</u>	<u>(1.201)</u>	<u>(7.637)</u>
Despesa do impostos de renda e da contribuição social	<u>(48.216)</u>	<u>(45.219)</u>	<u>(131.595)</u>	<u>(118.892)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente	<u>(44.723)</u>	<u>(42.743)</u>	<u>(121.088)</u>	<u>(110.776)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferido	<u>(3.493)</u>	<u>(2.476)</u>	<u>(10.507)</u>	<u>(8.116)</u>

**Notas Explicativas****15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	87	89	5.191	4.686
Cofins	717	337	3.817	3.035
PIS	156	73	828	576
ISS na fonte	1	4	758	370
Outros impostos	<u>42</u>	<u>2.182</u>	<u>2.125</u>	<u>5.599</u>
	<u>1.003</u>	<u>2.685</u>	<u>12.719</u>	<u>14.266</u>

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros		
			<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro	Mai de 2012	107,7% do CDI	5.928	11.692
Capital de giro	Novembro de 2011	110,2% do CDI	39.299	35.434
Capital de giro	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	38.349	35.110
BNDES	Junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	76.616	-
Notas promissórias	Abril de 2011	CDI + 1,20% a.a.	-	<u>373.337</u>
			<u>160.192</u>	<u>455.573</u>
Circulante			<u>53.539</u>	<u>414.963</u>
Não circulante			<u>106.653</u>	<u>40.610</u>

Em 30 de setembro de 2011, a controladora não possuía empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	1.792	5.500
2013	7.167	-
2014	45.516	35.110
2015	7.167	-
2016	7.167	-
Posteriores a 2016	<u>37.844</u>	-
	<u>106.653</u>	<u>40.610</u>

## Notas Explicativas

### a) Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de dezembro de 2010, a controlada direta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de dez notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o valor total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano.

As notas promissórias foram quitadas em 18 de março de 2011.

- Em fevereiro de 2011, a controlada Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade, no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito no valor de R\$79.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a junho de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada indireta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, incluindo sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2011.
- Para as captações para capital de giro pelas controladas Ecovia e Ecosul, as quais não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela Companhia.
- Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.
- Para o empréstimo da Ecosul são exigidas as manutenções de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBTIDA deverá ser menor ou igual a 1,5; e a razão entre o EBTIDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2011.

**Notas Explicativas****17. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO**

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	925	842
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>375</u>	<u>1.060</u>
	1.300	1.902
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>26</u>	<u>13</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.326</u>	<u>1.915</u>
Circulante	<u>951</u>	<u>855</u>
Não Circulante	<u>375</u>	<u>1.060</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Ativo imobilizado" e apresenta R\$1.681 e R\$1.799 em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

**18. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	524.239	608.912	1.296.218	1.039.944
Remuneração (juros)	27.325	15.190	73.809	29.676
Custos com emissão de debêntures	<u>(4.243)</u>	<u>(5.844)</u>	<u>(19.501)</u>	<u>(9.867)</u>
	<u>547.321</u>	<u>618.258</u>	<u>1.350.526</u>	<u>1.059.753</u>
Circulante	<u>209.491</u>	<u>197.356</u>	<u>372.581</u>	<u>316.640</u>
Não circulante	<u>337.830</u>	<u>420.902</u>	<u>977.945</u>	<u>743.113</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

## Notas Explicativas

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou pagamento do valor principal da primeira série no valor total de R\$92.150 e o total de R\$38.663 referente ao valor de juros da primeira e segunda séries.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

A controlada direta Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou pagamento do valor principal referente a primeira e segunda série no valor total de R\$48.375 e de R\$32.548 referente ao valor de juros da primeira e segunda séries.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira séries no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada ao ICPA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Não foram registrados pagamentos de principal e de juros para as debêntures da controlada Ecopistas no período findo em 30 de setembro de 2011.

## Notas Explicativas

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias		
	Concessões e Serviços	Ecovias	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$1.000,00	R\$10,00	R\$1.000.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,15 3ª série - R\$1,20	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$8,17 3ª série - R\$10,90	1ª série – R\$1.046,23 2ª série – R\$1.046,23 3ª série – R\$1.046,23 4ª série – R\$1.046,23
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – Juros Remuneratórios a serem definidos em processo de bookbuilding, com taxa teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)

**Notas Explicativas**

<u>Descrição</u>	<u>EcoRodovias Concessões e Serviços</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecopistas</u>
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da 1ª parcela a quantia equivalente a 3 vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida); b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação)
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	Itaú Unibanco S.A
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda

**Notas Explicativas**

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora					
	30/09/2011			31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	92.150	(534)	91.616	184.300	(1.610)	182.690
2013	144.024	(1.034)	142.990	141.532	(1.236)	140.296
2014	51.874	(332)	51.542	49.382	(431)	48.951
2015	<u>51.891</u>	<u>(209)</u>	<u>51.682</u>	<u>49.397</u>	<u>(432)</u>	<u>48.965</u>
	<u>339.939</u>	<u>(2.109)</u>	<u>337.830</u>	<u>424.611</u>	<u>(3.709)</u>	<u>420.902</u>
	Consolidado					
	30/09/2011			31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	157.357	(1.104)	156.253	303.903	(2.684)	301.219
2013	301.058	(3.286)	297.772	261.135	(2.310)	258.825
2014	175.158	(1.964)	173.194	135.235	(1.130)	134.105
2015	89.108	(1.315)	87.793	49.396	(432)	48.964
2016	37.218	(1.106)	36.112	-	-	-
2017	<u>233.130</u>	<u>(6.309)</u>	<u>226.821</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>993.029</u>	<u>(15.084)</u>	<u>977.945</u>	<u>749.669</u>	<u>(6.556)</u>	<u>743.113</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e a despesa financeira líquida, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores que 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,00, obtido pela razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,20. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

**Notas Explicativas**

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5% + 8,75% +	CDI + 2%
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	IPCA + 8,75% +	9,39% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	IPCA + 104% do	9,37% + IPCA
Ecovias	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	CDI + 9,5% +	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	IGP-M + 9,5% +	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	IGP-M + IPCA +	10,35% + IGP-M
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% +	8,84% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% +	8,97% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% +	8,91% + IPCA
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25% +	8,87% + IPCA
			<u>1.327.500</u>	<u>(26.640)</u>	<u>1.300.860</u>		

**19. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias.

**Notas Explicativas**

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

<u>Controladora</u>	<u>Natureza</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	Controlada	1.406	1.338
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A - Ecosul	Controlada	357	340
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	Controlada	4.435	3.983
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	Outras partes relacionadas	1.681	-
Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas	Controlada	592	-
Elog Sudeste S.A.	Outras partes relacionadas	5.186	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda.	Outras partes relacionadas	-	254
Elog S.A.	Outras partes relacionadas	-	52
<b>Mútuo-</b>			
Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas (a)	Controlada	131.028	107.109
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (b)	Outras partes relacionadas	<u>99.344</u>	<u>104.822</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>244.029</b></u>	<u><b>217.898</b></u>
<b>Passivo</b>			
<b>Não Circulante:</b>			
Contas a pagar			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	Controlada	<u>7</u>	<u>7</u>
<b>Resultado:</b>			
<b>Receita:</b>			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.(c)	Controlada	13.529	17.160
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- ECOSUL (c)	Controlada	3.480	4.449
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	43.786	52.440
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (c)	Outras partes relacionadas	16.197	20.544
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas (c)	Controlada	5.719	7.200
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	5.186	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	1.359	2.637
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>274</u>	<u>439</u>
		<u><b>89.530</b></u>	<u><b>104.869</b></u>

**Notas Explicativas**

<u>Controladora</u>	<u>Natureza</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesa- Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	Controlada	<u>113</u> <u>113</u>	<u>181</u> <u>181</u>
<u>Consolidado</u>	<u>Natureza</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Ativo- Circulante</u>			
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	<u>-</u> <u>-</u>	<u>260</u> <u>260</u>
Não circulante-			
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataras	Outras partes relacionadas	1.681	1.600
Elog S.A.	Outras partes relacionadas	-	52
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	Outras partes relacionadas	-	252
Elog Sudeste S.A.	Outras partes relacionadas	5.186	-
Mútuo-			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	Outras partes relacionadas	<u>99.344</u> 106.211	<u>103.221</u> 105.125
Total circulante/não circulante		<u>106.211</u>	<u>105.385</u>
<u>Imobilizado:</u>			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	12.348	11.420
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	32.952	16.600
Consórcio Planalto (f)	Outras partes relacionadas	-	57.886
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	9	5.199
TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas	<u>61</u> 45.370	<u>106</u> 91.211
Total do ativo		<u>151.581</u>	<u>196.596</u>

**Notas Explicativas**

Passivo-	Natureza	30/09/2011	31/12/2010
Circulante:			
Contas a pagar			
C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	87
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	4.573	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	1.510	7
TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas	31	1
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	<u>609</u>	<u>26</u>
		6.723	121
Total do passivo		<u>6.723</u>	<u>121</u>
Resultado-			
Receita:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	Outras partes relacionadas	16.197	20.544
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	Outras partes relacionadas	1.359	2.637
Elog Sudeste S.A.	Outras partes relacionadas	3.111	-
Elog S.A.	Outras partes relacionadas	<u>274</u>	<u>439</u>
		<u>20.941</u>	<u>23.620</u>
Despesa:			
TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas	19	11
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	344
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	Outras partes relacionadas	11.977	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda	Outras partes relacionadas	1.343	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Controladora	195	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	<u>268</u>	<u>106</u>
Total do resultado		<u>13.802</u>	<u>461</u>

As operações com empresas relacionadas estão apresentados a seguir:

- (a) O valor de R\$127.791 refere-se a contrato de mútuo com Ecopistas o mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- (b) O valor de R\$108.492 refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas o mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.

## Notas Explicativas

- (c) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$111.917, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (d) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957, incluindo aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$55.998 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$40.985 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$11.664 a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.625, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços fornecimento e transporte de material asfáltico a Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda é de R\$7.353, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$4.421 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (h) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e a C.R. Almeida é de R\$7.517. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R\$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

**Notas Explicativas**

## 20. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas:		
Fixas	70.768	72.050
Variáveis	<u>2.443</u>	<u>2.587</u>
	<u>73.211</u>	<u>74.637</u>
Circulante	<u>16.645</u>	<u>15.205</u>
Não circulante	<u>56.566</u>	<u>59.432</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M. Em 30 de setembro de 2011, restam 79 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 67,26% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 30 de setembro de 2011, todas as parcelas haviam sido.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	2.210	11.553
2013	11.291	10.842
2014	10.312	9.901
2015	9.417	9.042
2016 (em diante)	<u>23.336</u>	<u>18.094</u>
	<u>56.566</u>	<u>59.432</u>

**Notas Explicativas****21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem em um período de quatro anos. Em 30 de setembro de 2011, o saldo é de R\$78.393 (R\$67.010 em 31 de dezembro de 2010) e está demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	98.096	84.328
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(19.703)</u>	<u>(17.318)</u>
	<u>78.393</u>	<u>67.010</u>
Circulante	<u>19.713</u>	<u>12.838</u>
Não circulante	<u>58.680</u>	<u>54.172</u>

**22. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo é de R\$14.208 (R\$17.029 em 31 de dezembro de 2010) e está demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para obras futuras	16.940	21.179
Ajuste a valor presente	<u>(2.732)</u>	<u>(4.150)</u>
	<u>14.208</u>	<u>17.029</u>
Circulante	<u>11.082</u>	<u>10.143</u>
Não circulante	<u>3.126</u>	<u>6.886</u>

**Notas Explicativas****23. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO**

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos, cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da rubrica “Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis” é o seguinte:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis (a)	18.050	15.401
Tributários (b)	1.545	525
Trabalhistas (c)	<u>9.598</u>	<u>8.029</u>
Não circulante	<u>29.193</u>	<u>23.955</u>

A movimentação entre os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões / Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/09/2011</u>
Cível (a)	15.401	3.721	(1.875)	803	18.050
Tributária (b)	525	722	-	298	1.545
Trabalhista (c)	<u>8.029</u>	<u>4.203</u>	<u>(2.889)</u>	<u>255</u>	<u>9.598</u>
	<u>23.955</u>	<u>8.646</u>	<u>(4.764)</u>	<u>1.356</u>	<u>29.193</u>

**(a) Processos cíveis**

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras perdas de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2011, R\$14.330, avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2010, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

## Notas Explicativas

### (b) Processos tributários

Em 30 de setembro de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.934 os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

### (c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$7.173, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social é de R\$391.283 e está representado por 391.283 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$438.465 para R\$454.206, mediante a emissão de 15.741.620 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela Companhia, com tudo o que essas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$454.206 para R\$477.792, mediante a emissão de 23.585.575 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela Companhia, com tudo o que essas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

### b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

## Notas Explicativas

### d) Dividendos propostos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de setembro de 2011 o saldo a pagar de dividendos e juros sobre capital próprio totaliza R\$60.546 (R\$50.120 em 31 de dezembro de 2010).

## 25. IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS - ISS

### Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou no período findo em 30 de setembro de 2011, o valor de R\$25.706 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 30 de setembro de 2011, o valor total compensado foi de R\$226.074 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

## 26. RECEITA LÍQUIDA

<u>Controladora</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção				
Receitas acessórias e de prestação de serviços	<u>31.956</u>	<u>26.833</u>	<u>89.530</u>	<u>78.433</u>
	31.956	26.833	89.530	78.433
Receita bruta	31.956	26.833	89.530	78.433
Deduções de receita	<u>(4.032)</u>	<u>(3.021)</u>	<u>(11.527)</u>	<u>(8.826)</u>
Receita líquida	<u>27.924</u>	<u>23.812</u>	<u>78.003</u>	<u>69.607</u>

**Notas Explicativas**

<u>Consolidado</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	129.290	159.930	396.795	472.758
Pedágio por equipamento eletrônico	141.395	122.417	384.113	330.278
Vale-pedágio e pedágio em cupons	32.970	33.836	94.401	97.821
Outras	<u>262</u>	<u>735</u>	<u>816</u>	<u>2.225</u>
	303.917	316.918	876.125	903.082
Receita de construção	48.837	33.198	133.367	137.839
Receitas acessórias e de prestação de serviços	<u>21.697</u>	<u>13.160</u>	<u>56.790</u>	<u>37.915</u>
	70.534	46.358	190.157	175.754
Receita bruta	374.451	363.276	1.066.282	1.078.836
Deduções de receita	<u>(22.470)</u>	<u>(23.381)</u>	<u>(63.962)</u>	<u>(65.727)</u>
Receita líquida	<u>351.981</u>	<u>339.895</u>	<u>1.002.320</u>	<u>1.013.109</u>

**27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

<u>Controladora</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Pessoal	8.019	6.384	24.418	19.261
Conservação e manutenção	195	112	1.514	734
Serviços de terceiros	1.775	1.604	4.362	3.934
Depreciação e amortização	1.390	7.383	3.971	21.993
Locações	460	412	1.246	1.125
Outros	<u>864</u>	<u>1.613</u>	<u>2.523</u>	<u>3.001</u>
	<u>12.703</u>	<u>17.508</u>	<u>38.034</u>	<u>50.048</u>
<u>Classificados como:</u>				
Custo dos serviços prestados	<u>12.703</u>	<u>17.508</u>	<u>38.034</u>	<u>50.048</u>

**Notas Explicativas**

<u>Consolidado</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Pessoal	23.892	22.838	72.930	73.433
Conservação e manutenção	12.621	16.544	36.670	45.951
Serviços de terceiros (*)	12.188	13.930	35.399	39.140
Seguro	2.325	2.714	6.265	8.720
Provisão para manutenção	13.629	10.630	40.591	30.890
Custos com construção	48.837	33.198	133.367	137.839
Poder Concedente	12.234	11.681	33.851	26.526
Depreciação e amortização	27.038	30.474	78.710	93.772
Locações	2.106	2.439	6.159	7.280
Outros	<u>10.464</u>	<u>13.513</u>	<u>26.318</u>	<u>29.310</u>
	<u>165.334</u>	<u>157.961</u>	<u>470.260</u>	<u>492.861</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	149.449	138.303	425.950	438.298
Despesas gerais e administrativas	<u>15.885</u>	<u>19.658</u>	<u>44.310</u>	<u>54.563</u>
	<u>165.334</u>	<u>157.961</u>	<u>470.260</u>	<u>492.861</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

**28. RESULTADO FINANCEIRO**

<u>Controladora</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	5.680	2.125	15.692	9.585
Variação monetária sobre debêntures	73	-	338	-
Juros sobre contratos de mútuos	7.532	-	20.845	-
Outros	-	-	-	42
	<u>13.285</u>	<u>2.125</u>	<u>36.875</u>	<u>9.627</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(16.320)	(16.803)	(50.844)	(46.865)
Juros sobre financiamentos	-	-	-	-
Variação monetária sobre debêntures	(1.436)	(586)	(7.477)	(4.941)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	-
Amortização de custos com emissão de debêntures	(534)	(534)	(1.601)	(1.661)
Ajuste a valor presente - ICPC-01	-	-	-	-
Outras	<u>(44)</u>	<u>(10)</u>	<u>(122)</u>	<u>(969)</u>
	<u>(18.334)</u>	<u>(17.933)</u>	<u>(60.044)</u>	<u>(54.436)</u>
Resultado financeiro	<u>(5.049)</u>	<u>(15.808)</u>	<u>(23.169)</u>	<u>(44.809)</u>

**Notas Explicativas**

<u>Consolidado</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	11.226	6.643	40.640	19.553
Variação monetária sobre debêntures	562	-	2.844	-
Juros sobre contratos de mútuos	3.355	142	9.557	-
Outros	4	-	4	442
	<u>15.147</u>	<u>6.785</u>	<u>53.045</u>	<u>19.995</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(34.918)	(29.253)	(104.651)	(83.177)
Juros sobre financiamentos	(4.846)	(14.773)	(19.567)	(41.888)
Variação monetária sobre debêntures	(7.067)	(8.063)	(38.517)	(32.416)
Variação monetária sobre direito de outorga	(1.925)	(4.797)	(7.550)	(25.506)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.117)	(827)	(3.202)	(2.731)
Ajuste a valor presente - ICPC-01	(2.266)	(4.436)	(6.432)	(13.308)
Outras	<u>(2.356)</u>	<u>(1.138)</u>	<u>(3.148)</u>	<u>(5.537)</u>
	<u>(54.495)</u>	<u>(63.287)</u>	<u>(183.067)</u>	<u>(204.563)</u>
Resultado financeiro	<u>(39.348)</u>	<u>(56.502)</u>	<u>(130.022)</u>	<u>(184.568)</u>

## 29. LUCRO POR AÇÃO

<u>Controladora</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro básico por ação das operações - R\$	<u>0,25</u>	<u>0,17</u>	<u>0,68</u>	<u>0,45</u>

<u>Consolidado</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro básico por ação das operações - R\$	<u>0,25</u>	<u>0,17</u>	<u>0,68</u>	<u>0,45</u>

## Notas Explicativas

### a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

<u>Controladora</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da:				
Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	97.924	79.714	266.776	214.322
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	391.283	473.423	391.283	473.423

<u>Consolidado</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da:				
Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	97.924	79.714	266.776	214.322
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	391.283	473.423	391.283	473.423

### b) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

## 30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que é estabelecido e pago em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 30 de setembro de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$3.164 (R\$6.547 em 30 de setembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

## Notas Explicativas

### 31. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, risco de mercado (incluindo risco de câmbio e de taxa de juros) e risco de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0 a 101,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16, 17 e 18.

#### a) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado no balanço patrimonial

A Companhia aplica a alteração à IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

## Notas Explicativas

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2011 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
<b>Ativos:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	13.559	13.559
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	55.876	55.876
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	458.545	458.545
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	19.495	19.495
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil (iii)	Custo amortizado	161.518	161.018
Debêntures (iv)	Custo amortizado	1.350.526	1.358.423
Credor pela concessão (v)	Custo amortizado	73.211	92.236

- i) Os saldos de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias, portanto se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam ao valor justo na data do balanço.
- iii) Calculado através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.
- iv) Calculado através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures.
- v) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica credor pela concessão.
- a) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias de curto e longo prazos em que são remunerados por taxas de juros variáveis.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

- b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

## Notas Explicativas

### c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

### d) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, a situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia está em constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

### Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	14.310	17.128	19.709
Juros sobre as 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	58.409	64.554	70.691
Juros sobre as 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	106.028	122.147	138.133

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	11,88%	14,85%	17,82%
IGP-M (b)	6,39%	7,99%	9,58%
IPCA (c)	6,51%	8,14%	9,77%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de setembro de 2011.

(b) Refere-se à taxa IGP-M em 30 de setembro de 2011.

(c) Refere-se a taxa IPCA em 30 de setembro de 2011.

## Notas Explicativas

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 30 de setembro de 2011, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de variações nas taxas de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### 32. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO

#### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R\$60 mensais do início até o 11º ano e de R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
  - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
  - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
  - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
  - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

## Notas Explicativas

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	17.100	20.867
Custos de construção	<u>(17.100)</u>	<u>(20.867)</u>
	=====	=====

No decorrer do período de 30 de setembro de 2011, houve alterações no contrato de concessão, como segue:

- a) Aumento de escopo das obras da Marginal Tietê.
- b) Antecipação das obras da Marginal Tietê.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

## Notas Explicativas

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	47.333	25.971
Custos de construção	<u>(47.333)</u>	<u>(25.971)</u>
	=====	=====
	-	-

Em 30 de setembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias estão estimados em R\$451.425 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.

## Notas Explicativas

- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

## Notas Explicativas

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	45.160	76.923
Custos de construção	<u>(45.160)</u>	<u>(76.923)</u>
	=====	=====

Em 30 de setembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$344.153 (R\$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

### Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

## Notas Explicativas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	23.773	13.691
Custos de construção	<u>(23.773)</u>	<u>(13.691)</u>
	=	=

Em 30 de setembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$78.983 (R\$103.569 em 31 de dezembro de 2010).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

### 33. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual as empresas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$265 (R\$539 em 30 de setembro de 2010), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

### 34. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	523.595
Riscos operacionais	5.890.062
Responsabilidade civil	1.226.994
Seguro Sede da Companhia	5.160
Equipamentos	1.681
Veículos	Tabela Fipe

### 35. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA ECOVIA

A controlada direta Ecovia faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, através de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. A Ecovia busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecido, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também à combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

## Notas Explicativas

### 36. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

#### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 12 e nº 13.

### 37. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de novembro de 2011.

---

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da  
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade de sua administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ismar de Moura

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.